

SINTIUS



1942 - 2017

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

31/05/2017

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Trabalhadores da Sabesp suspendem greve na região

Os cerca de 1200 trabalhadores da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), que atuam na Baixada Santista e Vale do Ribeira, decidiram suspender a greve programada para acontecer a partir da 0 hora desta quarta-feira (31). A decisão foi tomada após uma audiência solicitada no Tribunal Regional do Trabalho (TRT-SP). A Diretoria do Sindicato dos Urbanitários reuniu os trabalhadores em assembleias nesta quarta-feira (30), que ocorreram simultaneamente nas cidades de Itanhaém, Registro e Santos e esclareceram no encontro que a direção da Sabesp propôs ao Desembargador do Trabalho Vice-Presidente, Carlos Roberto Husek, que asseguraria a data-base da categoria em 1º de maio, desde que os trabalhadores não entrassem em greve como estava previsto.

O presidente do Sindicato, Carlos Alberto de Oliveira Cardoso, o Platini, acrescentou ainda que haverá nova audiência no TRT no dia 13 de junho. Entretanto, a direção da Sabesp se comprometeu a realizar duas reuniões de negociações sobre Acordo Coletivo de Trabalho dentro desse prazo. "Com certeza é um avanço, pois a empresa não havia apresentado nenhuma contraproposta à pauta de reivindicações dos trabalhadores, além de ter cancelado as reuniões de negociações", lembrou o presidente. A categoria que permanece em estado de greve voltará a se reunir em assembleias. O Sindicato busca um reajuste salarial de 8,26%, sendo 3,26% referentes à reposição da inflação dos últimos 12 meses e 5% de aumento real.

Fonte: <http://www.tribuna.com.br/noticias/noticias-detalle/santos/trabalhadores-da-sabesp-suspendem-greve-na-regiao/?cHash=26bf1cab9764a0800358d37f1c819adf>

Governo retoma aposta na reforma da Previdência

Duas semanas após estourar a pior crise da administração Michel Temer, o governo retomou a contagem de votos para tentar aprovar a reforma da Previdência. A ideia dos governistas é colocar em votação no plenário da Câmara a mesma proposta que foi aprovada por comissão especial da Casa no início deste mês. No momento, aliados descartam alterações que poderiam facilitar sua aprovação. Reportagem da Folha de segunda-feira (29) mostrou que, se a crise política inviabilizar a proposta, o governo ainda terá como alternativa fazer mudanças por meio de medidas provisórias, que necessitam de menos votos para serem aprovadas. A base governista cogita a possibilidade de deixar a votação para o segundo semestre, mas o Palácio do Planalto quer que o texto seja levado ao plenário da Câmara ainda no primeiro semestre, antes do fim do julgamento da chapa Dilma Rousseff-Michel Temer no TSE (Tribunal Superior Eleitoral). O julgamento está marcado para começar na próxima terça-feira (6).

NOVA FORÇA

Logo após a divulgação da gravação da JBS envolvendo o presidente Michel Temer, a avaliação de parlamentares e de integrantes do governo era a de que as reformas tinham ido por água abaixo. Nos últimos dias, contudo, ganhou força a ideia de que a nova Previdência terá a tramitação retomada, principalmente diante da cobrança de representantes do mercado financeiro. O número de votos favoráveis computados antes da crise gerada pela delação da JBS variava de acordo com o interlocutor —entre 225 e 300—, mas está sempre abaixo dos 308, mínimo necessário para aprovar uma a PEC (Proposta de Emenda à Constituição), caso da reforma. Aliados do presidente no Congresso defendem que a matéria só seja levada ao plenário com a segurança de aprovação, o que, para o governo, significa conquistar entre 320 e 330 votos.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 31/05/2017

Governo adia votação da reforma trabalhista no Senado

Um acordo entre governistas e oposição adiou para a próxima terça-feira (6) a primeira das quatro votações previstas para a reforma trabalhista no Senado. Com o adiamento, a análise do texto agora está prevista para o mesmo dia que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) marcou o julgamento que pode cassar o presidente Michel Temer. Para o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), a coincidência nas datas não prejudica a tramitação da reforma no Senado. "A reforma não é mais do governo, e sim do Congresso", disse. Os dois lados saíram comemorando vitória. Para Jucá, houve um avanço. "Em vez de ficarmos discutindo questões de ordem ou regimentais, preferimos ir para o debate e encerramos a leitura. Com isso, na terça que vem votamos", disse. Governo adia votação da reforma trabalhista no Senado.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 31/05/2017

Congresso derruba veto de Temer a ISS e plano de saúde pode encarecer

O Congresso Nacional derrubou na noite desta terça-feira (30) o veto do presidente Michel Temer a um dos trechos da lei que regulou o ISS (Imposto Sobre Serviços, de competência dos municípios). Com isso, o imposto que incide sobre operações financeiras (cartão de crédito, débito, leasing, entre outros) e planos de saúde será recolhido no local de prestação do serviço, não na cidade-sede das empresas. O veto foi revogado pelo voto de 49 dos 81 senadores e 371 dos 513 deputados. Temer havia vetado a medida sob o argumento, entre outros, de que a mudança iria contribuir para a elevação do valor dos planos de saúde. Em um momento de extrema fragilidade política e em busca de apoio para a provação da reforma da Previdência, entretanto, o peemedebista recuou. Ele liberou sua base de apoio a derrubar o veto após pressão de prefeitos que esperam ter a arrecadação incrementada em cerca de R\$ 6 bilhões. Representantes das empresas financeiras e de planos de saúde afirmam que terão grandes dificuldades operacionais, já que, argumentam, serão obrigados a ter representação física em mais cidades devido às diferenças de cálculo e de prazo de pagamento em cada uma delas. Nas razões apresentadas para o veto, a área econômica do governo havia afirmado risco de "perda de eficiência e de arrecadação tributária, além de pressionar por elevação do valor dos planos de saúde, indo de encontro à estratégia governamental de buscar alternativas menos onerosas para acesso aos serviços do setor."

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 31/05/2017

Nova Greve Geral será organizada contra Temer e as reformas

Representantes das Centrais Sindicais na segunda-feira (29) reuniram-se na sede da CTB, em São Paulo, avaliaram como positivo os resultados do ato "Ocupe Brasília" realizado no dia 24 de maio, condenaram ações de vândalos e repudiaram a repressão da Polícia Militar do Distrito Federal que feriu gravemente dezenas de manifestantes indefesos. José Calixto Ramos, presidente da Nova Central considerou como "erro político" os que incentivaram e prepararam seus militantes para o enfrentamento campal. "Apesar dos incidentes que fugiram do nosso controle e que jogou contra o movimento, penso que obtivemos o êxito esperado e mostramos para nossos inimigos e adversários a unidade da classe trabalhadora contra o Governo e suas reformas", argumentou. Calixto entende que apesar das circunstâncias adversas, aos poucos o Movimento Sindical consegue ampliar o nível de conscientização na base e na sociedade, dos grandes prejuízos que as reformas da Previdência Social e do Trabalho trarão, caso sejam aprovadas no Congresso Nacional e, para barrá-las, será preciso organizar outra Greve Geral no País. Para os sindicalistas, o pacto entre o presidente Temer com os empresários no afã de aprovar a todo custo às reformas, tem significado um "Golpe" frente aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, por estas razões, a luta pelo "Fora Temer e as reformas!", se intensificará nos Estados e nos aeroportos até a próxima greve.

Fonte: NCST - <http://www.cnti.org.br/html/noticias.htm>